

A CRISE E O EQUILÍBRIO FISCAL

Raymundo Pinto

As notícias que chegam de Brasília dão conta que o Governo faz um esforço enorme para convencer os deputados federais da necessidade imperiosa de aprovar a Reforma da Previdência. A oposição, com o velho discurso falacioso de que não existe déficit nessa área, se mostra contrária às medidas propostas e consegue influenciar grande parte da opinião pública. Preparando-se para as eleições do próximo ano, muitos políticos temem apoiar mudanças mais profundas e assim sofrer desgastes em suas bases. As dificuldades em contornar os problemas chegaram a tal ponto que o Presidente Temer e seu Ministro da Fazenda já admitem reduzir para o mínimo possível os pontos da Reforma que serão submetidos à votação.

É preciso, com urgência, iniciar-se uma intensa campanha para demonstrar ao povo que a gravíssima crise que afeta nosso país tem origem em desastrosas decisões econômicas tomadas nos treze anos dos governos petistas, em especial depois que D. Dilma, com a péssima assessoria de Guido Mantega e de Arno Augustin (este secretário do Tesouro Nacional), passou a aumentar em demasia as despesas públicas e distribuir generosas desonerações de tributos a muitas empresas. Com a arrecadação de impostos sofrendo constantes reduções, outra não poderia ser a consequência senão a forte recessão sofrida pelo Brasil nos anos 2015 e 2016. Para encobrir a situação cada vez mais periclitante das finanças públicas, aquela senhora apelou para o reprovável expediente das “pedaladas fiscais”, do que resultou, como se sabe, o seu impeachment. Estão aí, pois, as causas básicas do atual desequilíbrio das contas públicas.

Os economistas mais conceituados e que não se deixam levar por influências ideológicas sustentam que é impossível a volta de um crescimento econômico sustentável e contínuo do país – com superação da crise, portanto – sem colocar em prática certas medidas que são impopulares e, por conseguinte, de difícil aprovação. Entre elas, destaca-se a busca do equilíbrio fiscal, isto é, conseguir que as receitas sejam suficientes para cobrir todas as despesas. Uma consulta

ao orçamento da União, verifica-se que mais de 40% das verbas se destinam a pagar juros e amortizações da dívida pública, cujo total já passou de três trilhões! Logo a seguir, vêm as despesas de mais de 500 bilhões com as aposentadorias e benefícios de servidores federais ou pensões de seus dependentes sobreviventes. Além disso, os gastos com a chamada Seguridade Social – que compreende saúde, assistência social e previdência social – superam a arrecadação própria do setor, exigindo a cobertura pelo Tesouro Nacional, sendo que os valores, em termos de bilhões, crescem a cada ano. Fica evidente, assim, que a pretendida reforma nessa área é algo imprescindível. Se feito agora um simples “remendo”, apenas se adiou o estouro da inevitável “bomba” para daqui a dois ou três anos.

A população precisa também se conscientizar que não basta, para alcançar-se o desejado equilíbrio das finanças públicas, apenas o Governo concentrar seus esforços na redução do déficit previdenciário. Parcela dos servidores públicos federais – tanto do poder executivo como dos poderes legislativo e judiciário – goza de absurdos privilégios. Também custa caro a gigante estrutura estatal, que mantém milhares de cargos de confiança, entre outros desvios. Tudo isso gera enormes e inconcebíveis despesas. Atacar de frente tais distorções encontra, sem dúvida, notórias resistências corporativas dos que temem perder tais privilégios. No entanto, mais di a menos dia, as reformas nos indicados pontos cruciais se tornarão inevitáveis, sob pena de a crise se agravar e impedir o crescimento econômico. Numa próxima oportunidade, pretendo esclarecer de que modo o desequilíbrio fiscal interfere, largamente, na economia geral do país.